

FGV apostava na desaceleração em 97

Técnicos da Fundação Getúlio Vargas prevêem um ano de restrição fiscal ou monetária com possível queda de taxas de desemprego e juros

Rio — O ritmo da economia brasileira no próximo ano sofrerá uma redução. A previsão consta da Carta do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) de dezembro, que sairá na próxima edição da revista *Conjuntura Econômica*, publicada pela Fundação Getúlio Vargas. Em vista disso, os técnicos do Ibre estão trabalhando com dois cenários para o próximo ano. O primeiro prevê uma restrição fiscal, e o segundo é o da restrição monetária.

A restrição fiscal levaria a uma redução do déficit operacional (que inclui a correção monetária) para 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1997. Em agosto deste ano, último dado disponível, o déficit atingiu 5,3% do PIB.

Esse cenário é compatível com um crescimento da economia de 5% em 1997 e uma queda da taxa de desemprego para 5%. Os juros cairiam para 12% ao ano e a taxa de depreciação do real frente ao dólar seria de 7%.

No setor externo, o déficit na balança comercial seria estabilizado em US\$ 6 bilhões e o déficit em transações correntes, em US\$ 21 bilhões. A inflação continuaria em queda, podendo fechar o ano em 6%.

A redução do déficit seria obtida com a queda de despesas, a ser alcançada por meio do corte de pessoal, demissões voluntárias e etc, "propiciado pela reforma administrativa, e da redução de desperdícios em outras áreas". O financiamento do déficit seria, ainda, auxiliado pela privatização. A venda de estatais acarretaria para o governo US\$ 11 bilhões, segundo as contas do Ministério do Planejamento.

CRÉDITO

Os técnicos da FGV apontam alguns problemas para o sucesso da chamada "restrição fiscal". Um deles está na dificuldade de o governo aumentar sua receita em 1997 por meio do arrocho salarial do funcionalismo (como em 1996).

Além disso, segundo a FGV, é possível prever aumento de despesas em função do elevado nível de endividamento dos estados. "Eles estão pressionando a União por trocas e refinanciamentos de suas dívidas e por taxas de juros favoráveis", diz o texto da Carta de Conjuntura.

A restrição monetária, no segundo cenário, aconteceria na suposição de que a deterioração das contas externas forçasse o governo a tomar decisões mais fortes ou de que a equipe econômica encontrasse dificuldades políticas para adotar as chamadas restrições fiscais.

Nesse caso, o governo teria que elevar os juros e adotar medidas de restrição do crédito para conter o crescimento econômico e, por essa via, reduzir o desequilíbrio da balança comercial. Esse cenário prevê crescimento de 3% do PIB em 1997 (igual ao deste ano), taxa de desemprego de 5%, juros reais de 18% ao ano e uma desvalorização cambial de 4%. A inflação seria de 6% ao ano e o déficit da balança comercial de US\$ 4 bilhões.

"A situação fiscal do governo em 1996 frustrou as expectativas de quem esperava para este ano a consolidação do Plano Real", avaliou o diretor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas, Antônio Salazar, durante a divulgação da carta.

